



Jornal da Adufgrs

nº 36

O império em crise

A RBS, o mais
agressivo
conglomerado
brasileiro na área da
comunicação,
avança no setor de
telefonia e inicia uma
enxurrada de
demissões

Páginas 6 e 7

Conhecimento

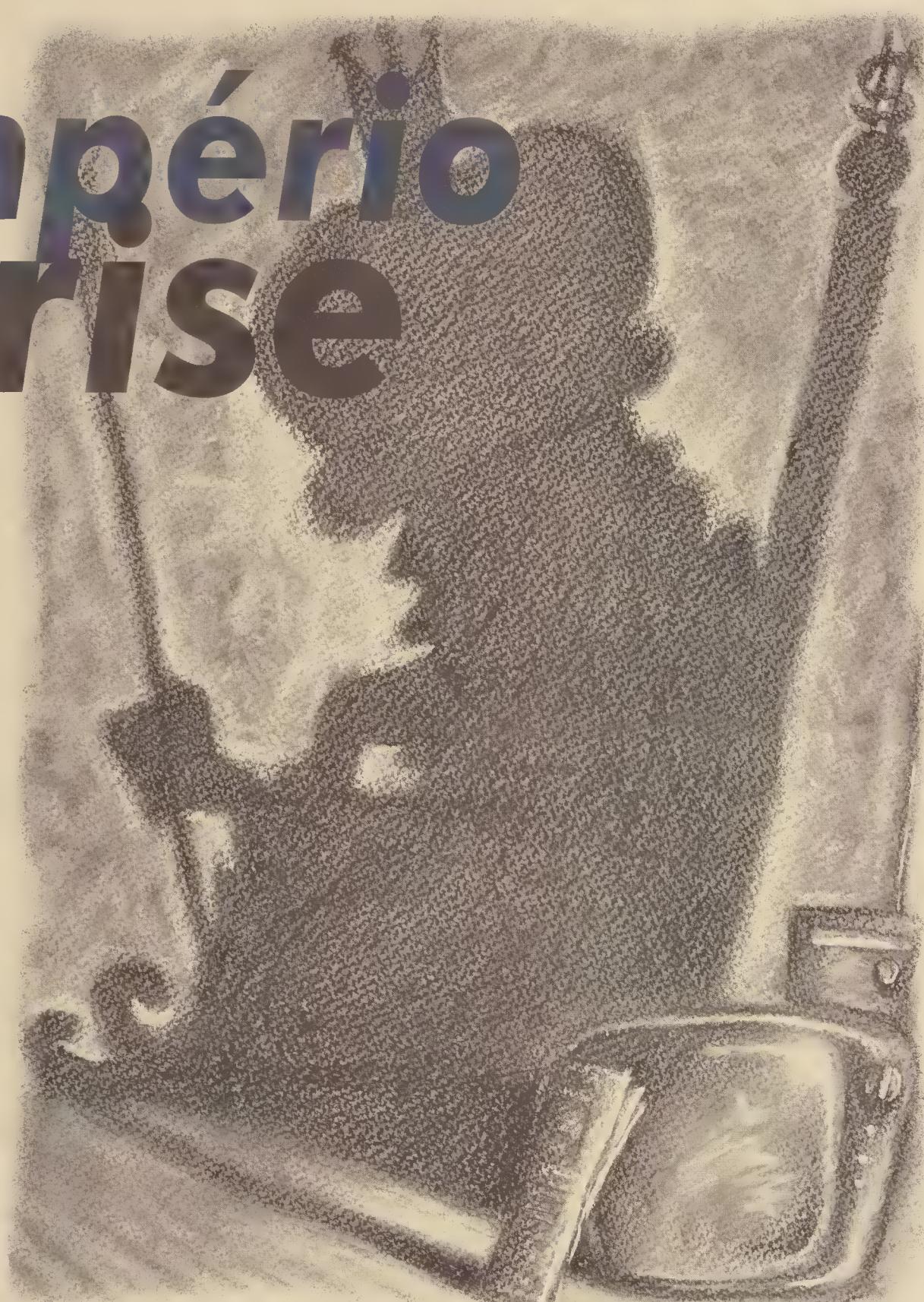
O homem comum vê a ciência
como nossos ancestrais a viam no
fim do século 19: mecanicista,
determinista e sem levar em
consideração o humanismo.
Mas, em três quartos de século,
muita coisa mudou

Pág. 3

Pensar a universidade
brasileira é a tarefa de uma comissão
de notáveis nomeada pela Sociedade
Brasileira para o Progresso da
Ciência. Com base em observações *in loco*,
ela irá propor a reforma
concebida pela SBPC. O professor do
Instituto de Física da Ufrgs, Fernando
Zawislak, é um dos seis integrantes
da comissão, que busca um modelo
eficiente de universidade. Nesta
entrevista, ele desenha essa visão.

Página 12

Fabricio Osanai





Gilmar Fraga

Ousadia, ousadia, sempre a ousadia

Neste primeiro turno das eleições gerais venceu, como se esperava, o presidente FHC, com a ressalva de uma situação menos folgada do que em 1994.

Dá para se dizer que a metade dos votos válidos foram para a oposição, pois todos os demais candidatos se definiam como opositores ao projeto do governo.

Esta vitória apertada de FHC foi obtida com uma avalanche de recursos, um apoio pesado da mídia e com um slogan sem sustentação na realidade que era o seguinte: "Quem venceu a inflação vencerá o desemprego".

Esta promessa fragiliza o presidente, pois o desemprego vai se aprofundar pelos cortes no orçamento, pelo aumento dos juros. Um quadro que, se não se agravar, se manterá nesta situação por um período não muito curto.

Em todo caso, nós, da comunidade universitária, podemos esperar dias difíceis.

Aqui no Rio Grande do Sul, perdeu FHC e perdeu seu preposto Antônio Britto, pois os votos da oposição somam mais de 53%. Assim, sua derrota no segundo turno é muito provável.

No entanto, em nenhum lugar do Brasil a mídia foi tão parcial e é à análise das práticas do monopólio da comunicação RBS, que são dedicadas várias páginas desta edição do ADVERSO.

As práticas monopolistas, à beira do gangsterismo, caracterizam o jornalismo marrom do cidadão Kane dos pampas. Sua simbiose com o ocupante do Piratini é flagrante e a possível derrota do atual governador se deve ao fato que grande parte da popu-

lação compreendeu que a RBS manipula a informação.

As trapalhadas financeiras do referido grupo de comunicações, que tem os olhos maiores do que o bolso, nos faz temer mais ainda pela reeleição do governador, pois dentro de toda legalidade o fiel ex-funcionário não deixará seu patrão na mão.

Até nós, um modesto sindicato de professores universitários, já fomos vítimas da desinformação e manipulação veiculadas por uma das criaturas desta mídia marrom. Chamounos, ora veja, de chantagistas, quando aprovamos numa assembleia geral o desconto de 5% da GED de um mês para os não-sócios da Adufrgs.

Diante deste quadro, urge que os cidadãos, sindicatos e entidades de boa vontade e comprometidos com a verdade se coloquem à necessidade de construir uma imprensa alternativa que informe a cidadania. O momento é oportuno porque a besta está ferida. E mais, a chaga que corresponde à falta de credibilidade está flagrantemente exposta.

Neste momento, é mais que oportuno que retomemos o projeto liderado pelo nosso ex-presidente e atual presidente da Andes, Renato de Oliveira, e pelo dirigente do Sindicato dos Auditores Fiscais do estado, Marcos Bósio, de fundar uma imprensa alternativa neste estado.

Marcos e Renato: dedicamos esta edição a vocês e a todos aqueles que em um certo momento foram considerados visionários. Esperamos, num dia próximo, que possamos chamá-los de ousados.

Como dizia Danton: "Ousadia, ousadia, sempre a ousadia".

OBSERVATÓRIO

Eleições na Adufrgs

A eleição para a escolha da nova diretoria da Adufrgs, que deveria ocorrer nos próximos dias 28 e 29 de outubro, foi transferida para os dias 11 e 12 de novembro. A decisão é da assembléia dos professores da Ufrgs, realizada no último dia 8 e tem por objetivo ampliar o debate e a definição de propostas, que poderiam ficar prejudicados em face da coincidência com a realização do segundo turno na eleição para o Governo do Estado. O prazo para registro de chapas e entrega de programas – que devem ser protocolados na Secretaria da Adufrgs – expira em 4 de novembro, às 18 horas. A assembléia decidiu ainda que a divulgação dos programas das chapas deverá ser feita pelo correio e pelo envio de mensagens via Internet a todos os professores cadastrados na Adufrgs.

CARTAS

Augusto Comte

Recebi os números do jornal ADVERSO. Dentre todos os periódicos que tenho lido, de Associações Docentes, este é um dos melhores. Matérias informativas, corretas, com pano de fundo acadêmico, sem partidos tomados por esta ou aquela via. Parabéns. Espero que artigos sobre outros pensadores importantes sejam publicados por vocês, além do que foi escrito, e editado em duas vezes, sobre Augusto Comte. Senti a ausência do contraditório: os professores do Departamento de Filosofia da Ufrgs realizaram em data recente um seminário sobre o pensador. Talvez alguns dentre eles possam redigir, seguindo o que foi dito no seminário, uma análise crítica. Gostei do que li, mas como é natural, o texto não apresenta elementos falhos de Comte. E imagino que o senhor da Escola Politécnica os tenha, não? Enfim, parabéns pelo excelente trabalho jornalístico e acadêmico.

Roberto Romano

Sem política

Tenho recebido o ADVERSO e lido as reportagens não políticas com prazer. Entendo o lado partidário de vocês. Não o compreendo, no entanto. Tenho 23 anos de estudo (MSc e PhD) e quase 30 anos de trabalho; sou obrigado a votar há 24 anos. Nunca votei em nenhum político, voto em branco. Mas, quando vocês invadem o meu direito de ser como eu sou, mandando-me junk mail propaganda política de um cara que há mais de 20 anos não bate ponto ou tem patrão, é aposentado e se sente bem, é semi-analfabeto, eu fico revoltado. Poupe-me disso. Parece óbvio para o meu IQ de 143 que o problema é consumo e não empregos, emprego existe. Falta baixar os impostos e aumentar o consumo. No entanto, os políticos mordedores jamais pensam nessa hipótese. Se resolverem enviar propaganda política again, eu gostaria de não receber o "mau" número, por favor.

Até breve,

Eurico Chagas Filho

Ciências Biológicas

Inicialmente, parabenizo a Adufrgs pela publicação do ADVERSO. Como sugestão, com relação à avaliação da Capes (biênio 96/97), publicada em ADVERSO nº 33, sugiro que fosse desmembrada a área de Ciências Biológicas, mencionando os dois Cursos que conseguiram nota 6: Bioquímica e Genética e Biologia Molecular. Na realidade, não existe um Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Inclusive, a título de informação, o Curso de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da Ufrgs foi o único programa, em todo o Brasil, considerando-se a área de Ciências Biológicas I (constituída de 51 programas) a conseguir nota acima de 5 (no caso, 6). Gostaria de salientar que a matéria a respeito da Avaliação da Capes está excelente. As minhas sugestões visam apenas a uma informação mais objetiva. Muito obrigado pela atenção.

Elmo J. Antunes Cardoso

Secretário Administrativo do CPG em Genética e Biologia Molecular/Ufrgs

A ciência abala antigas certezas

René Lenoir*

Os cientistas apreciam falar da seguinte maneira: "Por que responsabilizar a ciência e a tecnologia pelos desastres da atualidade? Vejam a História: o fanatismo religioso e a loucura política estão na origem de guerras civis e exteriores, como a maioria dos sofrimentos infligidos aos homens." O fato é inegável, mas o propósito um pouco estreito. Ele subentende que a ciência não tem nenhum papel na ideologia dominante, que ela não interfere nos modos de agir e de pensar, que ela plana, serena, no império das idéias puras, enquanto a pobre humanidade se debate nas loucuras que suas paixões desenca-deiam.

Isso era verdade a respeito da ciência grega, voltada inteiramente para a especulação, desprezando as aplicações práticas: será preciso esperar que a frota romana cerque Siracusa para que Arquimedes decida construir espelhos para incendiá-la. Isso era ainda verdade na Idade Média, quando a religião e a cosmogonia cristã impregnava todos os comportamentos. Mas não é mais assim desde Copérnico e Galileu.

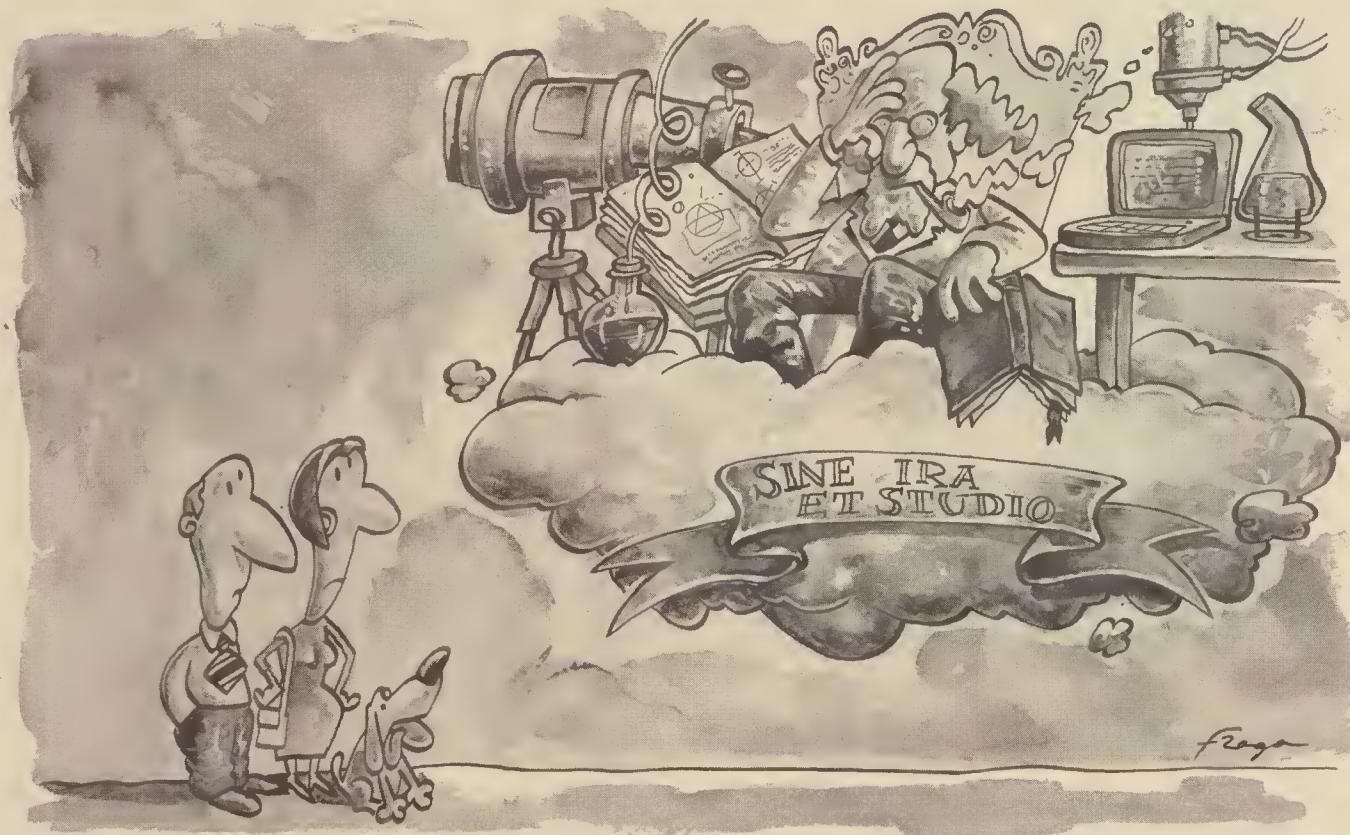
Por círculos concêntricos, a ciência, por suas teorias e suas práticas, impactou pensadores, dirigentes políticos, empreendedores e, depois, camadas cada vez mais amplas da população. Dá para imaginar a ideologia marxista ou a ideologia saint-simoniana sem ela? As relações das ciências e dos Estados não pararam de reforçar-se, primeiramente através dos armamentos, depois através da pesquisa. Após a derrota de sua aviação, foi graças aos seus sábios que Hitler esperava colocar a Inglaterra de joelhos. Israel, depois da guerra, havia conseguido fazer partir esses mesmos sábios do Egito, onde eles tinham se refugiado e cuja potência militar eles reforçavam a reforçar.

Independentemente dos armamentos, a ligação Estado-pesquisa tornou-se um elemento fundamental do poderio das nações. Já se foi o tempo em que Bernard Palissy continuava suas pesquisas queimando seus móveis. Em medicina, em biologia, em química, em astronáutica, de fato em todos os domínios da pesquisa fundamental, a ciência precisa de recursos públicos, tão importantes, às vezes, que muitas nações necessitam associar-se, como para o acelerador de partículas do Cern, em Genebra.

Repugnância em evoluir

Atualmente, os cientistas não podem mais conservar as mãos limpas, como os filósofos, os políticos ou os empreendedores. Em todos os lados a ciência está implicada. Mas de que ciência se trata? O homem da rua continua a ver a ciência mais ou menos como nossos avós a viam no fim do século 19: determinista e materialista. Ora, em três quartos de século, ela mudou radicalmente. Quais eram as implicações filosóficas, políticas, sociais desta ciência que se afasta? Quais podem ser as da ciência de hoje em dia e de amanhã?

* Diretor da *École nationale d'administration*. Artigo traduzido por Maria Regina Pilla, do *Manière de voir* nº 15, "L'homme en danger de science?", publicação trimestral do *Le Monde Diplomatique*.



No fim do século 19, a lógica continua sendo aristotélica, isto é, ligada aos princípios de identidade, de não ubiqüidade, do terço excluído e de causalidade. A química é lavoiseriana, isto é, ela acredita na existência de corpos simples que permanecem sempre idênticos através de suas combinações. Que o oxigênio se combine com o hidrogênio para dar a água ou com o ferro para dar um glóbulo vermelho, ele permanece sempre sendo o oxigênio.

A física é laplaciana, isto é, determinista, ela acredita na continuidade dos fenômenos: a natureza não dá saltos.

A astronomia é galileana e newtoniana. A Terra não é mais o centro do mundo, mas o universo é visto como um imenso mecanismo de relojoaria

perpetuando-se num tempo que não tem começo nem fim. A biologia é evolucionista e darwiana.

A ciência é orgulhosa dela mesma. O químico Barthelot anuncia que o conhecimento do universo está praticamente acabado. Bonaparte cumprimenta Laplace pelo seu tratado de mecânica celeste: "Encontrei seguidamente o nome de Deus no livro de Newton, mas não o encontrei uma única vez no seu." "É que não tive necessidade desta hipótese", responde Laplace. No fim do século 19, ninguém precisa desta hipótese. O princípio da conservação de energia é considerada como a maior lei do mundo material. Do mundo simplesmente, dizem os biólogos. O organismo vivo não é uma máquina que corre de leis físico-químicas?

Esta concepção mecanicista do homem e do universo desvaloriza a metafísica e as fi-

losofias humanistas e reforça as filosofias nihilistas ou aquelas do absurdo. Constatamos o desencantamento do mundo. Um homem tira à sua maneira a lição destas constatações: Hitler escreve em *Mein Kampf*, este livro um pouco rapidamente esquecido: "Num mundo onde os planetas e os sóis seguem trajetórias circulares, onde as luas giram em torno dos planetas, onde a força reina em todas partes e sozinha dominando a fraqueza, que ela força a servi-la docilmente ou que ela quebra, o homem não pode ter leis especiais."

É claro, o nazismo tem raízes que não são científicas. Mas uma ciência que nega o ser não está em situação de contradizer o homem que irá negar o estatuto de seres hu-

manos a milhões de homens. As filosofias do absurdo colam à realidade do tempo. Por acaso, vimos algo mais absurdo, durante cerca de setenta anos, do

que o enfrentamento das ideologias fascista, nazista e estalinista, do que o envio de 20 milhões de soviéticos para a Sibéria, o exterminio de 6 milhões de judeus e os 30 milhões de mortos da Segunda Guerra Mundial?

No entanto, foi durante este período que uma mudança revolucionária dos conceitos interveio no domínio científico. Será preciso esperar dois séculos para que o grande público tome consciência disso? A Igreja não tem mais nem o gosto nem o poder para fazer abjurar os novos Galileus. Mas um freio mais poderoso subsiste no espírito da maioria, incluindo aquele de numerosos cientistas: a repugnância em evoluir, em renunciar as certezas.

É a física que, em primeiro lugar, abala as antigas certezas. Não apenas a molécula não é mais o menor partícula de matéria, como acreditava Lavoisier, mas ela não é estável; a radioatividade prova que trocando certas partículas, uma matéria se transforma em outra: o urânio em rádio, em seguida em râdon, depois, após 14 estados intermediários, em chumbo.

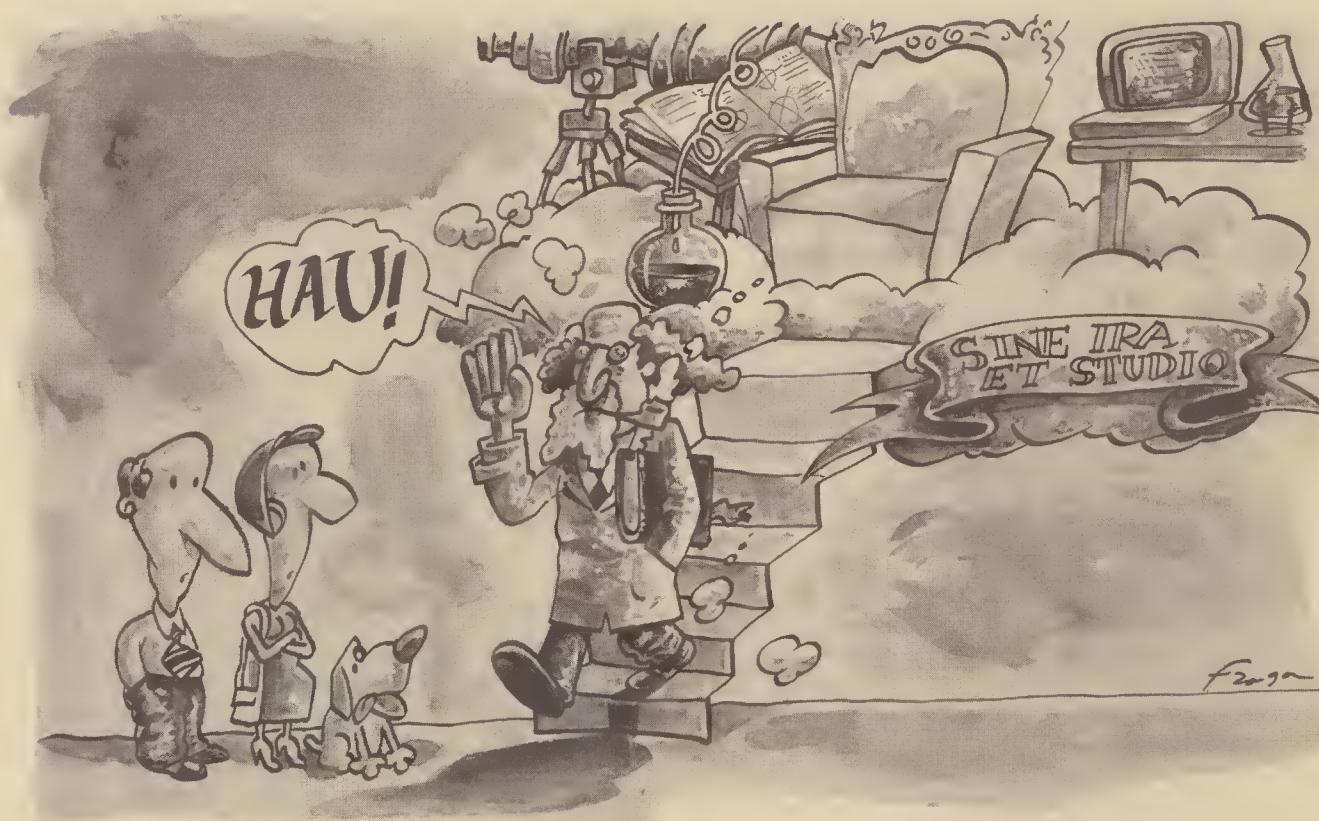
À falta de conhecer o menor grão da matéria, podemos conhecer o menor grão de energia? Sim, responde Planck, descobrindo a constante que levará seu nome. E desde então, é a crença no contínuo que cairá por terra: a energia veiculada ou trocada o é sempre por quanta inteiros. A natureza não tem moeda menor. Ela produz saltos. Ora, as matemáticas clássicas foram construídas sobre o contínuo. Este maravilhoso instrumento que permitiu a invenção da mecânica celeste e o descobrimento de Netuno, a teoria da luz e aquela da relatividade não está mais adaptada ao infinitamente pequeno, e é um novo instrumento, as mecânicas estatísticas adaptadas ao descontínuo, que foi preciso construir.

Dogmas que fissuram

Enfim, uma experiência permitiu verificar uma das perdições das mais extraordinárias da mecânica quântica: a da não separabilidade. Ela teve lugar em 1982, no Instituto de ótica de Orsay, no laboratório do professor Aspect. Duas partículas tendo interagido no passado permanecem unidas por uma ligação não material. Assim, para resolver o problema da física mais avançada, os físicos David Bohm na Inglaterra e Bernard Espronsgat na França, são levados a ter em conta um "real velado" ou uma "ordem implicada". Os acontecimentos da realidade não são todos descriptíveis por meio de conceitos fa-

continua na página seguinte

LE MONDE DIPLOMATIQUE



continuação da página anterior

miliares.

Ao mesmo tempo, os astrofísicos também mudariam nossa visão do mundo. Hubble, em 1923, descobre outras galáxias além da Via Láctea e calcula que sua velocidade de fuga é proporcional ao seu afastamento: o universo está em expansão e ele tem uma origem no tempo. Dimensão provável: 15 bilhões de anos-luz; idade provável: 15 bilhões de anos desde o seu nascimento, o *Big Bang*.

Físicos e astrofísicos descobrem que as constantes do universo (carga e massa do elétron, massa do nêutron, constante de Planck, velocidade da luz, constante da gravitação, constante cósmica, etc.) são de uma tão prodigiosa precisão que a casualidade lhes aparece como uma hipótese altamente improvável. Como diz Hubert Reeves: "A lista é verdadeiramente bem longa dessas coincidências miraculosas necessárias para que nosso universo terrestre apareça (...)!". Já, há meio século, o astrônomo inglês, Brandon Carter, tinha enunciado assim o princípio antrópico: "O universo criou-se assim, exatamente, com as propriedades necessárias para engendrar um ser capaz de ter consciência e inteligência."

Os dogmas da biologia evolucionista também se fissuram. Não é a evolução em si que é contestada, mas o papel da casualidade e aquele da pressão natural, o deus ex machina de Darwin. Por quê? A paleontologia e o estudo das espécies vivas colocaram em evidência fatos incompatíveis com estes dogmas, notadamente com o gradualismo.

Em neurobiologia, a concepção mecanicista do homem é ainda majoritária. Mas Prêmios Nobel como R. Speery e John C. Eccles não confundem mais o pensamento e o cérebro, o que o neurologista W. Penfield exprime com clareza: "Após uma vida passada tentando descobrir como o cérebro explica o espírito, é uma surpresa descobrir agora, por ocasião do último exame da questão, que a hipótese dualista (a separação entre espírito e cérebro) parece ser a mais razoável das duas explicações possíveis."

Tão importante quanto as evoluções em

curso é o intenso trabalho de reflexão sobre a coerência do método e do pensamento científicos chamado epistemologia. Este trabalho é tanto de cientistas quanto de filósofos: Gaston Bachelard, Alexandre Koyré, Michel Foucault, Henri Atlan, Michel Serres.

Quando Gödel enuncia seu teorema, ele mostra que a noção de verdade nas teorias matemáticas não é formalizável, ou ainda, que uma teoria não pode conter sua própria epistemologia, isto é, aportar a prova da sua coerência. Desse modo, ele proíbe o absolutismo que um pensamento pode conter e autoriza a apreensão deste pensamento pelo exterior, sua confrontação com outras idéias.

Em algumas dezenas de anos, nós tomamos consciência da prodigiosa complexidade do real e adquirimos o hábito de distinguir os níveis de conhecimento, de apreciar a coerência de uma teoria, disciplina por disciplina, cada uma com seus conceitos. Uma teoria, diz David Bohm, não é nem verdadeira nem falsa; ela é clara no que diz respeito a certos domínios e obscura se a estendemos mais além.

Legítimo num domínio considerado, um ponto de vista cessa de sé-lo quando ele tende, por meio de extrapolações audaciosas, a explicar o todo pelas partes. Bohm constata que o processo de divisão é uma maneira de "pensar a propósito das coisas", útil no domínio das atividades práticas, técnicas e funcionais; mas, desde que o homem se vê e vê o mundo, constituído de fragmentos com existência separada, ele está errado: "Esta espécie de faculdade que o homem tem de separar-se, ele próprio, de seu meio ambiente, de dividir-se, de dividir e de compartilhar as coisas, conduziu-o a uma série de resultados negativos ou destrutivos. Crises sociais, políticas, econômicas, ecológicas, psicológicas,

etc.". Quem não subscreveria este julgamento, no momento em que nós tomamos consciência simultaneamente da unidade do nosso sistema planetário e da precariedade dos remédios que nós aportamos às moléstias que o atingem?

Se Bohm passa assim das ciências exatas às ciências humanas é porque seus trabalhos de físico e de matemático conduziram-no a uma visão do universo radicalmente diferente daquela que prevaleceu durante três séculos. Para ele o substrato do mundo não é constituído de objetos (ainda que eles fossem partículas nucleares) mas de campos racionais em perpétuo movimento. Isto é coerente com a mecânica quântica e o pensamento de homens tão diferentes como o quí-

mico-físico Pri-gogine, o biólogo Sheldrake e o matemático René Thom. O sonho da grande unificação conceitual está sempre presente, o que não deveria surpreender da parte de um aluno de Einstein.

Esta coexistência de leis válidas numa ordem ou num nível dados e de criação imprevisível, esta busca da origem e da evolução das formas, esta nova consciência holística, esta descoberta de um real escondido, com movimento, colorido, reabriram o diálogo entre a ciência e a filosofia. Ciência e filosofia não têm vocação em ser serventes uma da outra. Mas, tornando-se mais modesta e mais aberta, a ciência encontrou as grandes questões da filosofia. Que são as dos homens desde sempre.

Nem por isso, ciência de nosso tempo não adquire um estatuto ontológico: "O mundo da ciência não é a morada do ser mas o espetáculo do homem", escrevia Descartes. E isso continua sendo verdade. Mas não desprezando uma outra relação com o real, não negando mais a existência de acontecimentos raros ou únicos, nem a possibilidade de um

livre arbítrio, a ciência abre o debate e não fecha mais o horizonte da pesquisa.

A humanidade não pode mais considerar separadamente a visão do seu destino e a evolução científica. Àqueles que inebria as possibilidades quase infinitas do progresso tecnológico, é bom lembrar a modéstia daqueles que sabem mais sobre isso e reconhecem que sabem pouco. É bom também lembrar que o termo "progresso" pode ser compreendido simplesmente como sinônimo de evolução, mas também com uma conotação de valor. Ele pode significar então, por exemplo, a satisfação crescente das necessidades materiais, sociais e espirituais do homem.

Num universo onde tudo retroage sobre tudo, é claro que a atividade científica e tecnológica não podem mais ser consideradas fora das preocupações éticas. Estas não cessam de manifestar-se em cientistas de grande renome, de Oppenheimer ao professor Testart, quando eles param uma pesquisa em razão das aplicações perigosas que ela autoriza. Estas preocupações parecem óbvias quando se trata do respeito ao ser, do corpo humano, mas parecem menos evidentes a alguns quando estão em causa animais (o professor Leon Schwarzenberg tem razão em estigmatizar os técnicos que os torturam para testar a resistência do corpo aos decibéis violentos ou à nocividade de um cosmético) ou ainda nosso ecossistema planetário.

Nessa junção da ciência com a política, como não se colocar a questão: quem financia a pesquisa? De um lado considerável, aquela que se refere à tecnologia, às grandes firmas industriais. Seria equivocado dizer que as preocupações éticas não entram no campo das empresas e seria ingênuo crer que uma maioria entre elas limitaria a pesquisa e suas aplicações desde que um perigo potencial para a natureza ou para o homem aparecesse. É preciso então que um poder esclarecido coloque os limites. Os Estados também financiam a pesquisa. Em matéria de pesquisa aplicada, já não é mais tempo que um mínimo de racionalidade presida à escolha das prioridades, agora que elas dependem ainda muito seguidamente das relações políticas de alguns grandes patrões? E que os critérios tendo conduzido a estas escolhas sejam apresentados aos cidadãos.

Em matéria de pesquisa fundamental, não deveríamos estar alertas às observações de René Thom: não estamos pagando os formidáveis progressos quantitativos dos últimos 30 anos com uma estagnação qualitativa, pois nada comparável à relatividade ou ao papel da DNA foi descoberto neste período? Quem financiará a pesquisa fundamental senão os Estados ou a comunidade das nações? A democracia não sairia revigorada em abordar estas questões em lugar das bobagens politizeiras?

É importante lembrar aos estudantes o valor do rigor e a beleza da busca da verdade; urgente desenvolver uma cultura científica na medida do alargamento e do aprofundamento do pensamento; fundamental recusar a separação entre uma ciência reservada para especialistas ou para técnicos comandados por mercadores e o abandono da vida da cidade aos políticos de última hora. Sem limite é o horizonte filosófico que a ciência descobre, prodigiosas são as maravilhas que seu saber faz nascer, imensos também os perigos atuais e potenciais que ele esconde. Se as democracias não aprendem a viver com a ciência de nosso tempo, elas podem morrer.

Sobre o desconto para o Fundo de Greve

Em assembléia realizada no dia 20 de agosto, os professores da Ufrgs decidiram implementar uma forma de resarcimento do Fundo de Greve da Adufrgs, utilizado na paralisação deste ano. Entenderam os docentes que a forma apropriada – como já feito em anos anteriores – deveria ser o desconto em folha. Ficou decidido que os associados à Adufrgs – que já contribuem com a associação e com a manutenção do Fundo – teriam descontados 1% sobre o valor da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), obtida a partir das negociações da greve deste ano. Aos professores não associados – que não contribuem com a Adufrgs, muitos não participaram da greve mas rece-

beram os benefícios da GED – incidiria um percentual de 5% sobre o ganho obtido, descontado uma única vez.

Com a decisão da assembléia, a Adufrgs enviou correspondência a todos os professores da Ufrgs anunciando a medida, ressalvando que os docentes que não desejasse contribuir com o Fundo de Greve, deveriam encaminhar por escrito a decisão. Um número pequeno de professores optou por não contribuir com o resarcimento do Fundo. Com o objetivo de estimular o debate sobre o assunto, o ADVERSO publica trechos das manifestações encaminhadas à associação, resguardando a privacidade dos autores.

Porto Alegre, 11 de setembro de 1998

Prezado colega,
Venho manifestar minha decisão de não contribuir com a pretendida "chamada extra" de 5% sobre o valor da Bolsa e/ou Gratificação de Estímulo à Docência conforme decisão da Assembléia Geral de Docentes da Ufrgs de 20 de agosto.

Considero a decisão da Assembléia Geral, bem como os termos da circular, autoritários e antipáticos. Esperaria uma atitude mais condizente dos colegas, professores universitários, de solicitar uma contribuição voluntária daqueles que reconhecessem a atuação da entidade no processo que levou à concessão da mencionada bolsa e/ou gratificação e nunca um desabrido desconto em folha de pagamento.

Atenciosas Saudações

Eu não concordo com este desconto de 5% referido acima.

Em 10 de setembro de 1998

Não ganhei nada com a última greve a não ser mais desrespeito, menos esperança e mais trabalho. Eu tenho que repor aulas e reestruturar toda a minha vida em função de uma greve que, dentro do previsto, não deu em nada.

Dizer que a GED foi um ganho resultante da greve constitui uma ofensa à minha inteligência. A GED não foi um ganho, foi uma humilhação. Foi abrir mão da nossa dignidade e vestir o cabresto do governo, à semelhança das correntes usadas pelos escravos.

Sinto que pessoas tão capazes e brilhantes insistem em malhar em ferro frio e se prestem a um jogo tão pouco digno que, entre outras imperfeições, subestima a capacidade de discernimento dos colegas.

Não autorizo nenhum desconto no meu mirrado salário para um fundo que sustenta movimentos que não passam de exercícios de filosofia teórica e não constróem nada de palpável.

Creio, inclusive, que esse desconto é ilegal.

Não tenho interesse algum em auxiliar na recomposição do tal fundo de greve de uma associação a que não pertenço e que insiste em recorrer à greve como instrumento de reivindicação mesmo tendo repetidas experiências demonstrando ser esse um recurso improutivo (na verdade, não é bem isso; os movimentos produzem, sim – uma bagunça nas nossas vidas). Além do mais, o fundo só está disponível aos associados dessa AD, como pude comprovar durante a greve!

Como posso querer participar de um absurdo desses? Em resumo, experimentem descontar um centavo do meu salário – e aguardem o processo.

Nada cordialmente.

Em si, solicitar (e não impor) uma ajuda para reforço do fundo de greve seria uma atitude que eu entenderia, justificável para quem julga que greve é sempre justificável. Se tivesse sido uma solicitação, eu teria colaborado sem estes comentários, pois, afinal, também recebi aumento. E colaboraria, embora eu jamais tenha entrado em greve em toda minha vida, seja como estudante, seja como professor. Para mim uma greve é como tomar reféns para conseguir algo de terceiros. No caso, os reféns são os estudantes. Um operário que entra em greve está principal e diretamente prejudicando o seu patrão. Um professor em greve prejudica, diretamente, o governo? Creio que não. E se, como dizem certos mentores da greve, o governo quer acabar com as Universidades públicas, seria uma ótima oportunidade para exonerar os professores por abandono de cargo.

Por outro lado, tentando colocar-me no ponto de vista contrário ao meu, vejo de positivo um grande e sacrificado esforço feito por membros da Adufrgs para conseguir melhorias no ensino e na pesquisa, nas condições de trabalho e nos vencimentos. Não fora este esforço, os aposentados (como eu) e os que trabalham ou trabalharam intensamente em pesquisa (como eu, também) não teriam tido seus vencimentos aumentados. Por esta razão, apesar de ser contra greves, mas respeitando e aceitando critérios diferentes do meu, creio que devo dar minha contribuição. Assim sendo, autorizo o débito em folha da "chamada extra de 5% sobre o valor da Bolsa e/ou Gratificação de Estímulo à Docência (GED) resultante do último processo de greve".

Atenciosamente,

Docentes inativos querem extensão integral da GED

Depois de quase ficarem de fora dos benefícios alcançados com a greve de 1998, os professores universitários aposentados estão indo à luta para tentar receber integralmente a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) concedida aos seus colegas da ativa. No dia 23 de setembro, a Assessoria Jurídica da Adufrgs esteve reunida com mais de 100 docentes inativos na sede de entidade para esclarecer as possibilidades de questionamento.

Pela lei que criou a gratificação, os aposentados teriam direito a apenas 60% da pontuação máxima (140 pontos) obtida conforme a tabela anexa à lei que instituiu a GED. Todos os inativos estariam excluídos do passo seguinte: a avaliação, a partir da produção acadêmica, que renderia os demais 40% da pontuação máxima.

Os aposentados querem saber se a limitação imposta a eles é válida. Para o representante do escritório Genro, Camargo, Coelho, Mainieri & Advogados Associados, Francis Bordas, a GED não pode ser encarada como gratificação porque não remunera situações individuais do servidor público, como o caso de insalubridade, por exemplo. Disso se conclui que a chamada gratificação seria extensível aos docentes inativos porque ela estabelece uma nova tabela de vencimentos face aos critérios diferenciadores do quadro de carreira – titulação e carga horária.

Outra dúvida é se seria lícito aplicar retroativamente critérios de avaliação que não vigoravam quando os servidores estavam na ativa. Bordas acredita que não é correto exigir dos aposentados que se submetam à avaliação com base em critérios que eles desconheciam quando trabalhavam na universidade. Para ele, é justo que eles recebam 100% da pontuação máxima da GED uma vez que cumpriram integralmente suas funções.

Analizados os fatos e os direitos garantidos por lei, existem três cenários com os quais se pode trabalhar:

1) Proposta otimista – Participação dos aposentados de forma integral, independentemente de qualquer avaliação. Esta reivindicação iria ao encontro do princípio constitucional da integralidade do rendimento de pensão.

2) Proposta realista – Avaliação seria feita com base nos últimos 24 meses de atividade do professor aposentado. Neste caso, a Assessoria Jurídica da Adufrgs recomenda a realização de uma consulta a todos os inativos para garantir a hipótese de que nenhum professor totalize menos de 60% dos pontos possíveis. Os advogados consideram remota esta chance uma vez que nenhum professor poderia ter menos de 8 horas/aula por semana, exigência do Plano Único de Classificação.

3) Proposta pessimista – A GED deveria ser estendida, no mínimo, observando os critérios objetivos de avaliação, ou seja, a carga horária dos inativos que presume-se ter sido cumprida de forma integral.

A Assessoria Jurídica foi muito questionada também a respeito da conveniência de ajuizamento de ações judiciais. Bordas considera que o momento não é oportuno por vários motivos, inclusive pela inexistência de regulamentação dos critérios de avaliação e o não esgotamento da tentativa de extensão por meio de negociação. Até que pelo menos essas possibilidades se tornem inviáveis, os advogados entendem que aguardar é a melhor estratégia.

O império do Sul entra em crise



Miriam Gusmão

A Rede Brasil Sul, maior império de comunicações do sul do Brasil, começou a demitir centenas de funcionários, no mês de setembro último. O fato pôs à mostra a problemática incursão do grupo no campo da telefonia, com dificuldades inesperadas que seus dirigentes ainda tentam resolver. Como outro fator, contrariando a linha editorial otimista de seus veículos, o diretor-presidente, Nelson Sirotsky, em entrevista coletiva, no dia 24 daquele mês, admitiu que a empresa realiza enxugamentos para se proteger da crise econômica de grandes proporções que se anuncia no país. Segundo Sirotsky, o Brasil passará por uma crise tão séria quanto a que ocorreu desde o confisco da poupança, no governo Collor.

O empresário negou o boato de pedido de concordata, nascido desde que representantes da empresa foram vistos nas dependências do foro de Porto Alegre. De fato, as emissoras de rádio e televisão, por serem concessionárias, não seriam passíveis de concordata, o que não impediria que isso ocorresse com parte das empresas do grupo. A RBS possui 62 razões sociais. Nelson Sirotsky garantiu que o número de trabalhadores dispensados não passará de 300, representando 5% dos seis mil funcionários do grupo. As demissões atingiram primeiro jornalistas mais velhos e de salários mais altos. Entre os desempregados figuram o diretor do tejornalismo, Roberto Appel, a editora-chefe da TV, Núbia Silveira, e os radialistas de esportes da Rádio Gaúcha, Roberto Brauner e João Carlos Belmonte.

O diretor-presidente também assegurou que a empresa havia negociado uma linha de crédito, a fim de enfrentar a situação, e teria caixa para honrar todos os seus compromissos até o final do ano. A dívida da RBS é de 175 milhões de dólares, sendo que, desse total, 50 milhões devem ser pagos até dezembro próximo. A informação de Sirotsky foi a de que já teriam conseguido esse total e ainda sobrariam 30 milhões em caixa. Contudo, em todo o estado e mesmo no centro do país, persistem boatos de que o complexo empresarial RBS estaria irreversivelmente quebrado, em função do insucesso na diversificação mercadológica.

Malogro na telefonia

Desde 1996 a RBS estava associada à *Telefónica de España* para a aquisição da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT). Naquele ano, adquiriram 35% do capital da companhia e neste ano, na culminância do processo de privatização, compraram o restante das ações. A perspectiva era de promissora manutenção da sociedade, que compraria, a seguir, a Tele Centro Sul, empresa de telefonia fixa de Santa Catarina e Paraná. O plano de Sirotsky era, também com a telefonia, manter seus domínios no sul do país. No entanto, a *Telefónica de España* comprou inesperadamente a Telesp e, assim, por exigências da legislação, não poderá manter a mesma participação na CRT. A RBS ficou, desse modo, obrigada a arcar com parte da participação da empresa européia, fazendo empréstimos no mercado.

Os reiterados boatos sobre a falência completa da empresa partem do custo das duas companhias telefônicas – dois bilhões de dólares a CRT e cinco bilhões e meio a Telesp. Consideram que a RBS, por integrar a empresa TBS, com a *Telefónica de España*, deveria dividir paritariamente os compromissos com a empresa européia e, neste momento, além de arcar com a participação majoritária na CRT, teria ainda que assumir alguma participação na Telesp. Com isso, o endividamento da RBS seria bem superior ao seu patrimônio. Sirotsky, no entanto, sustentou que os compromissos não são dessa ordem e que a RBS, por não ter assina-

do qualquer papel em relação a Telesp, está negocian- do sua saída dessa participação. Segundo ele, o investimento da RBS em telefonia permanece em 130 milhões de dólares, conforme havia sido noticiado desde o início.

Enquanto a família Sirotsky procura desvincular-se das dificuldades surgidas na expansão empresarial, os boatos acumulam-se, em virtude de não serem sustados, mediante o esclarecimento completo da realidade. O Movimento em Defesa do Patrimônio Pú- blico, integrado por entidades comunitárias e sindicais, noticiou que o Banrisul viria em socorro da RBS, o que configuraria um problemático empréstimo de dinheiro público para amparar empresa privada, com o agravante de que ocorreria para compensar insucessos na compra do patrimônio estatal.

Informações dessa ordem conseguem rápida propagação tendo em vista os antecedentes de estreita colaboração entre a RBS e o governo do estado. Os boateiros amparam-se em alguns fatos comprováveis, como o de que o atual governador é oriundo dos quadros da RBS; a empresa recebeu a maior parte das verbas publicitárias governamentais e seus veículos de comunicação privilegiaram ostensivamente o candidato oficial durante o primeiro turno das atuais eleições. Embora esse pano de fundo não determine inevitavelmente todas as injunções que vêm sendo feitas, o fato de uma ferrenha defensora da ideologia neoliberal e da economia globalizada ter fracassado na associação com uma empresa estrangeira para a compra de patrimônio público é um prato cheio, em pleno momento eleitoral.

História de um monopólio

O nascimento da RBS é simultâneo à instauração do regime militar brasileiro. O antigo jornal *Última Hora*, de propriedade de um grupo liderado por Samuel Wainer, tornou-se editorial e financeiramente liquidado no início do período ditatorial. O passivo da empresa foi vendido a outro grupo, liderado por Ari Carvalho. Em poucos meses, a família Sirotsky, que já possuía rádio e TV, veio associar-se a ele, a fim de realizar o sonho de possuir um complexo de rádio/TV/jornal, em que um veículo promoveria o outro, com lucros crescentes.

Instalaram-se na Avenida Ipiranga e trataram de retirar do novo jornal, *Zero Hora*, qualquer característica que lembrasse o anterior. O logotipo foi modificado, a cor azul abandonada e, sobretudo, a linha editorial alterada. De forma crescente, *Zero Hora* assumiu uma postura em favor do establishment. A sociedade com Ari Carvalho foi efêmera e, em seguida, os Sirotsky eram donos absolutos do império que nascia. Alguns jornalistas antigos, de renome nacional, contam hoje, reivindicando anonimato, que os novos proprietários teriam combinado com os credores de Ari Carvalho um invencível ultimato para pagamento da dívida remanescente da *Última Hora*, com o que o retraram da sociedade.

O crescimento gradual da RBS ocorreu com práticas monopolistas que abocanharam uma rede de rádios e repetidoras de televisão nos três estados do sul e ainda no Mato Grosso e Rondônia. Incluiu uma guerra sem quartel com a empresa Caldas Júnior, que tinha tradição na área dos anúncios classificados.

Para isso a RBS contratou, na década de 80, um competente executivo da área comercial, Madruga Duarte, que inovou a diagramação dos classificados, possibilitando maior número de anúncios por página e até barateamento de preço, conquistando clientela. Como se não bastasse, o monopólio foi atrás dos anunciantes dos pequenos jornais de bairro, como o *Já-Bomfim* e o *Oi-Menino Deus*. Por algum tempo, até vencer a concorrência, *Zero Hora* manteve cadernos especiais por áreas da cidade.

Depois de reinar, absoluta, na área das comunicações, a RBS decidiu diversificar seus negócios. Não houve unanimidade da família nessa opção, mas o atual diretor-presidente já caminhava nessa linha. A empresa enveredou para outras áreas: incorporações e empreendimentos imobiliários, informática, provimento de serviços na Internet e participação em shopping centers. O estágio mais recente foi a aventura da compra de telefonia estatal. O enraizamento da empresa em diferentes áreas econômicas compromete a autonomia da informação por ela veiculada.

O convívio com o poder

Os temores de sindicatos e outros segmentos da sociedade civil de que o governo destine dinheiro público para socorrer a RBS se deve a uma história de regalias da empresa e de seus representantes junto ao poder. Trata-se do grupo empresarial com maior número de concessões de rádio e televisão no país, segundo informações da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). A RBS opera contra a legislação de radiodifusão, no que tange, por exemplo, ao limite de TV em VHF. A legislação autoriza, para cada grupo empresarial, o máximo de cinco canais no país e dois por estado, mas, em apenas dois estados, o império do sul possui 16. Assim como fere legislações, a empresa tem aliados a legislar em seu favor. O maior exemplo é a imunidade de ICMS para empresas de rádio e televisão, inserida na Constituinte Estadual de 1989.

Embora não seja o primeiro grupo em poder econômico, a RBS é o mais ofensivo em termos de participação política na Associação Brasileira de Rádio e Televisão e na Associação Nacional dos Jornalistas, bem como nas ações junto ao Congresso Nacional, no que tange à política de comunicações. O diretor de relações institucionais da Fenaj, Daniel Hertz, observa que a RBS atua como um partido político, frente às questões regionais e nacionais. Outras lideranças sindicais e políticas, concordando com Hertz, mencionam a atuação eleitoral da RBS, em favor de candidatos como o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-funcionário da empresa e governador Antônio Britto. Na atual eleição, o apoio jornalístico ilimitado incluiu uma desastrosa manipulação de pesquisas eleitorais, desmentida nas urnas.

Os jornalistas da área política do Rio Grande do Sul lembram que, por várias décadas, a RBS teve uma sala de redação, instalada dentro da Assessoria de Imprensa da Assembléia Legislativa, com a convivência das Mesas diretoras da Casa. A primeira bancada estadual do Partido dos Trabalhadores, que instalou-se no Legislativo em 1987, investiu minoritariamente contra essa situação, com o ônus da má divulgação de seus deputados em *Zero Hora*. O então deputado Raul Pont teve ainda o prejuízo adicional de ser sistematicamente atacado e caluniado pelo colunista José Barionuevo, pelo fato de ter intercedido junto à Mesa e conseguido retirar o jornalista de um cargo em comissão fantasma. O colunista recebia dinheiro público sem cumprir horário ou exercer o assessoramento de imprensa nos moldes obedecidos pelos profissionais da área.

A cumplicidade do poder para com atuações irregulares da RBS e de seus representantes diz respeito também ao exercício do mandato de deputado. O radialista-deputado Sérgio Zambiasi, por exemplo, fere impunemente dois artigos da Constituição estadual: o de número 54, que proíbe o envolvimento com empresa concessionária de serviço público e o de número 55, que prevê a perda do mandato por ausência a uma terça parte dos trabalhos ordinários do Legislativo. Há três legislaturas Zambiasi não comparece às reuniões de comissões da Assembléia, devido à coincidência dos trabalhos com seu programa radiofônico matinal na Farroupilha.

INDICADORES DE C&T

Rio Grande do Sul recebe recursos desproporcionais

No Terceiro Mundo dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento científico a situação é muito diferente do Estado de São Paulo. Assim como no resto do Brasil, o Rio Grande do Sul comemora cada centavo destinado ao setor. Entretanto, comparações nominais não guardam nenhuma realidade com a proporcionalidade. Enquanto o governo paulista destinou US\$ 317 milhões a seus institutos de pesquisa e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em 1995, o governo gaúcho repassou US\$ 32,37 milhões a suas fundações vinculadas e à Fapergs. "É como se eles tivessem em São Paulo um CNPq e mais um outro tanto", diz o pró-reitor de Pós-Graduação da Ufrgs, José Carlos Hennemann, referindo-se à Fapesp.

É bem verdade que os investimentos estaduais em Ciência e Tecnologia vêm aumentando nos últimos três anos. Menos do que o volume, os pesquisadores elogiam a regularidade, que antes não existia, no repasse dos recursos. De acordo com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, passaram de US\$ 27,3 milhões em 1995 para US\$ 48,5 milhões em 1997. Entretanto, este valor não significa muito em comparação ao que deveria ser destinado por lei. Em relação à Fapergs (instituição a qual a Constituição estadual prevê o repasse de 1,5% da receita líquida do Tesouro), o governo vem cumprindo com o pagamento de somente 25% da obrigação. Foram R\$ 10,72 milhões em 1997, quando deveria passar de R\$ 40 milhões. Até 31 de dezembro do ano passado, a dívida do governo estadual para com a Fundação de Amparo à Pesquisa gaúcha era de R\$ 129,81 milhões.

O baixo investimento não impede que bons resultados sejam colhidos, pelo menos na maior universidade federal de um estado que sequer possui uma compilação dos dados estatísticos referentes ao setor científico. Em vez de falar de injustiça e discriminação, a pró-reitora de Pesquisa da Ufrgs, Maria da Graça Krieger, prefere descobrir como reunir recursos de fontes diferentes para aumentar a receita destinada ao setor de pesquisa e formação de recursos humanos de sua instituição. "Nós temos que somar recursos, não importa de onde venham", afirma. Com o crescimento dos grupos de pesquisa (65%) e o aumento do número de projetos, é cada vez maior a demanda reprimida por recursos na Ufrgs. Segundo Krieger, os dispêndios para investimento no setor atendem a apenas 60% das solicitações.

Investimentos da Fapergs

Recursos recebidos (R\$ milhões)	1995	1997
Estado:	5,07	10,72
Finep:	0,00	2,31
Capes:	0,00	2,14
Total:	5,07	15,17

Áreas do conhecimento mais contempladas

Engenharia:	R\$ 2,42 milhões (16,11%)
Ciências Biológicas:	R\$ 2,36 milhões (15,72%)
Matemática, Estatística e Computação:	R\$ 1,46 milhões (9,75%)
Bolsas concedidas em 1997:	1.404
Total de auxílios concedidos em 1997 (797 projetos):	R\$ 15.032.572,04

Fonte: Relatório de Atividades Fapergs, 1997

São Paulo apresenta nímeros de 1º mundo

Relatório da Fapesp compila principais dados do desenvolvimento científico e da pesquisa no estado

Pesquisadores e instituições científicas e tecnológicas do estado de São Paulo parecem viver em outro mundo. No Primeiro, para ser mais exato. Essa é a sensação que fica depois de se analisar a luxuosa publicação dos Indicadores de Ciência e Tecnologia em São Paulo, editada há cerca de dois meses pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Mal comparando, o documento é uma bíblia estatística do desenvolvimento e da produção acadêmica e industrial do estado que investe 0,93% de seu PIB em Ciência e Tecnologia (C&T) e concentra 34,8% dos dispêndios nacionais no setor. Como retorno, São Paulo é responsável pela formação de 68% dos doutores brasileiros, 40% dos mestres, participa com 49% da produção científica brasileira e responde por 66% das patentes concedidas (1996) no Brasil.

Nas quase 150 páginas do relatório, elaborado por 139 pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (Anpei), é possível obter dados diversificados sobre a destinação que os recursos públicos ou privados têm recebido na década de 90 (o ano base é 1995), bem como um amplo perfil do pesquisador, das empresas e das instituições paulistas que desenvolvem C&T. A visualização se dá por meio de gráficos e tabelas em 9 seções (Visão Panorâmica, Governo, Empresas, Universidades, Produção Científica, Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação, Produção Tecnológica, Importação de Tecnologia e Perfil do Pesquisador).

Em uma consulta rápida é possível saber, por exemplo, que o orçamento conjunto das três universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp) equivale a um quarto dos recursos (US\$ 1,3 bilhão) destinados a todas as universidades federais brasileiras. Tomando sempre por base o ano de 1995, também se constata que São Paulo fica com 35% de todo o dispêndio nacional em C&T. Os pesquisadores radicados no estado respondem pela elaboração de 49,83% das publicações científicas nacionais e 47,25% das citações em edições estrangeiras.

O relatório destaca ainda algumas curiosidades. Em São Paulo, 35% dos dispêndios com C&T nas universidades públicas é dirigido para a área da Saúde. Do mesmo modo, 64,3% das publicações nacionais sobre Ciências da Saúde origina-se em São Paulo. O governo estadual investiu, em 1995, US\$ 317 milhões nos seus institutos de pesquisa e na Fapesp. No universo da Anpei, que reúne 651 empresas (409 em São Paulo), 55% do quadro de pessoal técnico possui nível superior, mas apenas 1,69% é formado por doutores. Do Plano Real para cá, a importação de tecnologia (via pagamento de assistência técnica) deu um salto em São Paulo: de US\$ 36,32 milhões em 1994 para US\$ 269,97 em 1996, representando 64,09% do total movimentado no país. Para cada concessão de patentes a um pesquisador residente no Brasil, contam-se duas ou três concessões a residentes no Exterior. Com tanto investimento, é difícil precisar o que nasceu primeiro em São Paulo: o recorde de investimentos ou a estrutura do sistema de C&T.

O mapa da pesquisa em São Paulo

Recursos públicos aplicados no setor em 1995

Dispêndios federais:	US\$ 23,51 milhões
Dispêndios estaduais:	US\$ 317,08 milhões
Orçamento das universidades públicas paulistas:	US\$ 1.586,12 milhões

Recursos privados aplicados no setor em 1995

Dispêndios empresariais em P&D&E:	US\$ 942,15 milhões
Dispêndios empresariais em P&D:	US\$ 742,86 milhões
Despesa em P&D/Faturamento bruto:	8,04%

Pesquisa nas universidades

- ✓ Envolve 30%, ou US\$ 390,7 milhões, do orçamento das três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp). Nas federais (Unifesp, Ufscar), apenas 15%, ou US\$ 37,8 milhões, do orçamento destinam-se à pesquisa.
- ✓ Em 1995, Fapesp, CNPq, Capes e Finep aplicaram quase US\$ 322,4 milhões nas universidades estaduais e outros US\$ 43,2 milhões nas federais.
- ✓ 66% dos pesquisadores das universidades federais são doutores. Nas estaduais, quase 60% possuem esta titulação.

Perfil do pesquisador paulista

- ✓ São Paulo tem 16.057 pesquisadores, dos quais 14.820 trabalham no setor público (9.861 estão nas universidades estaduais).
- ✓ 68% dos pesquisadores têm entre 35 a 65 anos. Destes, 42,65% são doutores e 15,1% possuem mestrado.
- ✓ Pesquisador de universidades e faculdades dedica 30% do seu tempo à pesquisa e 31% à docência.
- ✓ Na média, cada pesquisador desenvolve dois projetos de pesquisa.
- ✓ 25% dos projetos contratados com o setor público destinam-se principalmente a consultorias e a ensaios e testes.

Fonte: Indicadores de Ciência e Tecnologia em São Paulo – Fundação de Amparo à Pesquisa, 1998

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

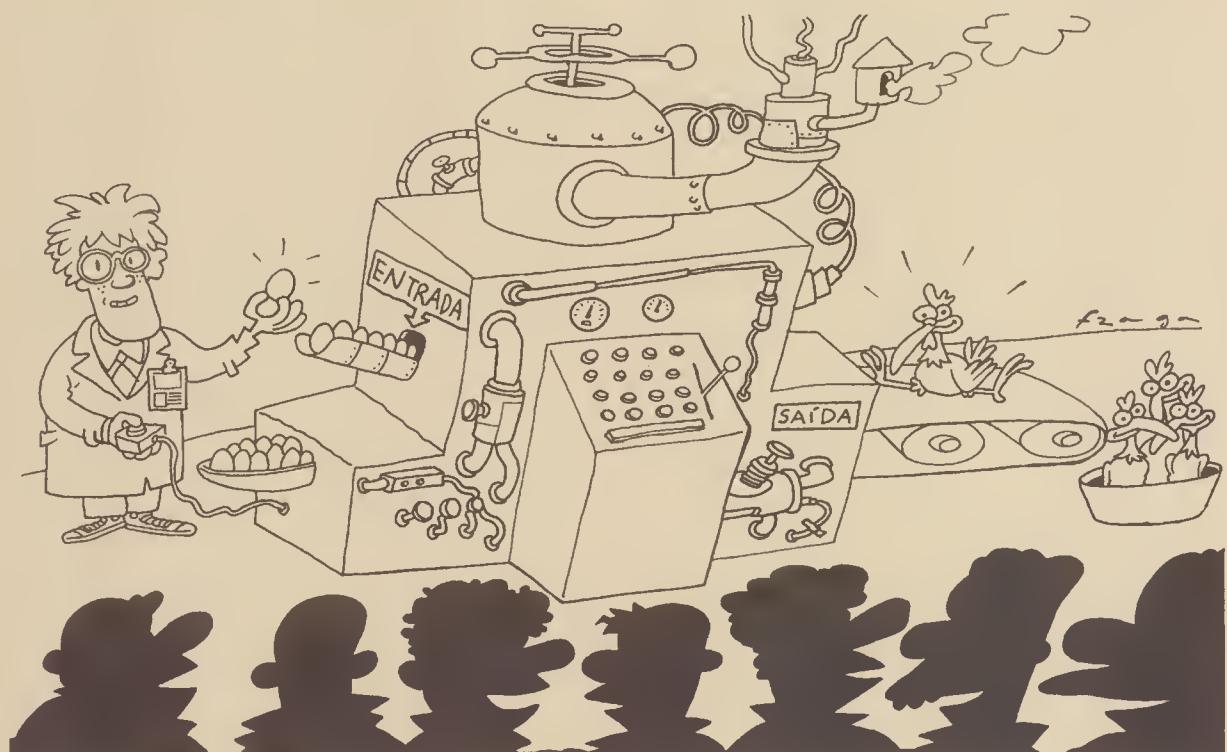
Salão da Ufrgs tem recorde de inscrições

Nos dez anos de evento, os 1705 trabalhos registrados em 98 representam um aumento de 861% em relação à edição de 89

Reinventar a roda pode ser uma possibilidade remota, mas há dez anos eles seguem tentando. Estudantes como Daniel Vieira Pigatto, que desenvolve a Implementação de um Sistema de Controle Vocal de Equipamentos de Automação Industrial, e Cathy Perez Souto, que realiza o projeto "Estudo de Provérbios e Chistes no livro *Tutaméia*, de João Guimarães Rosa", ainda não são nenhum Santos Dumont e, muito menos, um Thomas Alva Edison. Mesmo assim, trabalharam duro para mostrar que suas invenções, projetos e estudos científicos podem trazer algum benefício à humanidade ou, pelo menos, para uma pequena comunidade. Eles fazem parte do grupo de 1692 alunos de várias instituições universitárias do sul do país e de São Paulo que tiveram seus trabalhos selecionados para participar do X Salão de Iniciação Científica (SIC) e VII Feira de Iniciação Científica (FIC) promovida pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio grande do Sul. Estes jovens impetuoso e suas traquitanas maravilhosas estarão trocando experiências de 19 a 23 de outubro no Campus Central da Ufrgs.

As novidades desta edição do SIC são tanto objetivas quanto subjetivas. Na estatística, a pró-reitora de Pesquisa, Maria da Graça Krieger, comemora o aumento no número de inscrições. Em uma década, elas saltaram de 198 para 1705, um crescimento de 861%. A boa notícia conceitual é que 435 (25%) do total de trabalhos inscritos não surgiram na Ufrgs mas em instituições como a Universidade de Ijuí (RS), Universidade Estadual de Maringá (PR) e Universidade Regional de Blumenau (SC), entre 28 estabelecimentos de ensino superior interessados em participar do evento.

O intercâmbio entre futuros pesquisadores e cientistas de projeção internacional ocorrerá na extensa



programação do SIC e da FIC. A agenda inclui seminários, exposições e, claro, apresentação de trabalhos divididos pelas oito áreas do conhecimento (Ciências da Saúde, Biológicas, Exatas e da Terra, Sociais APLICADAS, Agrárias, Humanas, Engenharia, Lingüística, Letras e Artes). A maior parte dos projetos inscritos (quase 20%) pertencem à área das Ciências Biológicas.

O 10º aniversário do SIC será marcado pela estréia da I Conferência Científica da Ufrgs. Em três dias da semana, pesquisadores, professores e alunos se reunirão em mesas-redondas e painéis para discu-

tir ciências cruzando as oito áreas do conhecimento. Serão três temas diferentes: *Os avanços e os desafios da Ciência, por área de conhecimento* (mesas-redondas na segunda-feira), *O fazer científico: similaridades e diferenciações entre as áreas do conhecimento* (paineis na quarta-feira) e *O impacto do método científico na evolução do conhecimento* (conferência do professor Leopoldo de Mies – Bioquímica/UFRJ – na sexta-feira). Todas as informações e a programação geral do X SIC podem ser obtidos junto à Pró-Reitoria de Pesquisa da Ufrgs (telefone 051-316.3209) ou pela Internet (<http://www.ufrgs.br/propsq>).

Prestação de Contas
Balancete de Julho de 98

ATIVO:			
<u>Circulante</u>			
Disponibilidades	1.680,16		
Aplicações Financeiras	868.901,02		
Créditos Diversos	17.021,50	887.602,68	
<u>Permanente</u>		272.198,72	
Total do ativo	1.159.801,40		
 PASSIVO:			
<u>Circulante</u>			
<u>Patrimônio Líquido</u>	2.561,00		
Patrimônio Social	1.251.699,62		
Resultado Acumulado do exercício	94.459,22	1.157.240,40	
Total do passivo	1.159.801,40		
 RECEITAS:	<u>Acum. Anterior</u>	<u>Acum. Atual</u>	<u>Do mês</u>
Associados	328.448,38	376.306,82	47.858,44
Outros (inclusive financeiras)	70.690,86	80.020,60	9.329,74
	399.139,24	456.327,42	57.188,18
 DESPESAS:			
Com pessoal	88.991,50	107.585,35	18.593,85
Andes (mensalidade CUT + Andes)	51.479,45	63.287,33	11.807,88
Viagens e estadas	57.827,63	68.017,78	10.190,15
Outras (inclusive financeiras)	277.557,94	311.896,18	34.338,24
	475.856,52	550.786,64	74.930,12
 RESULTADO:		Acumulado	Do mês
Receitas – Despesas =	94.459,22	17.741,94	

Egon Claus Steinstrasser – Contador Reg. 29583

Prestação de Contas
Balancete de Agosto de 98

ATIVO:			
<u>Circulante</u>			
Disponibilidades	1.484,39		
Aplicações Financeiras	866.437,87		
Créditos Diversos	17.366,94	885.289,20	
<u>Permanente</u>		272.198,72	
Total do ativo	1.157.487,92		
 PASSIVO:			
<u>Circulante</u>	2.561,00		
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social	1.251.699,62		
Resultado Acumulado do exercício	(96.772,70)	1.154.926,92	
Total do passivo	1.157.487,92		
 RECEITAS:	<u>Acum. Anterior</u>	<u>Acum. Atual</u>	<u>Do mês</u>
Associados	376.306,82	424.092,42	47.785,60
Outros (inclusive financeiras)	80.020,60	87.501,95	7.481,35
	456.327,42	511.594,37	55.266,95
 DESPESAS:			
Com pessoal	107.585,35	125.525,13	17.939,78
Andes (mensalidade CUT + Andes)	63.287,33	75.181,33	11.894,00
Viagens e estadas	68.017,78	72.575,59	4.557,81
Outras (inclusive financeiras)	311.896,18	335.085,02	23.188,84
	550.786,64	608.367,07	57.580,43
 RESULTADO:		Acumulado	Do mês
Receitas – Despesas =	(96.772,70)	(2.313,48)	

Egon Claus Steinstrasser – Contador Reg. 29583

Francisco M. Salzano / Professor do Departamento de Genética da Ufrgs

O que a Genética fez para a sociedade?

No exame do presente tema, e mais especificamente no referente ao bem-estar de qualquer sociedade, deve-se considerar inicialmente dois conceitos diferentes: progresso e desenvolvimento. O conceito de progresso tem sido muito discutido e questionado; uma definição simples seria: "mudança direcional para melhor". Os dois elementos da definição, mudança direcional e melhoria de acordo com algum padrão, seriam as condições necessárias e suficientes para conceituar-se progresso. A idéia de desenvolvimento, por outro lado, surgiu no seio das Nações Unidas. Na constituição deste organismo, aprovada em 1945 (artigo 55), os dois termos aparecem juntos: "As Nações Unidas favorecerão a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, condições de progresso e desenvolvimento na ordem econômica e social..." A partir daí, no entanto, a palavra progresso desapareceu dos documentos desta organização, devido ao seu caráter subjetivo de comparação, tendo-se preferido o estabelecimento de indicadores formais de desenvolvimento.

A sociedade humana pode ser comparada a um grande sistema que deve ser analisado em quatro subsistemas principais: o biológico, o econômico, o político e o cultural. O desenvolvimento biológico envolveria um aumento no bem-estar e no nível de saúde de uma população, consequência de melhorias na nutrição, moradia, vestimenta, hábitos de exercício e de convivência, etc. A concepção econômica de desenvolvimento coloca como meta a industrialização. Na idéia política, o que haveria seria uma expansão da liberdade, com o aumento e a segurança de direitos humanos e políticos. Finalmente, o desenvolvimento cultural pressupõe o enriquecimento da cultura e a difusão da educação. E para um desenvolvimento integrado, nenhum deles deverá ser deixado de lado.

Para que serve a ciência? Na verdade, ela não necessita de qualquer motivo justificador, pois seu surgimento e evolução deve-se à própria natureza da mente humana, naturalmente analítica e questionadora. Com relação à perguntas

ta, no entanto, deve-se distinguir ciência básica de ciência aplicada e técnica. A ciência básica se propõe a descobrir leis que possam explicar a realidade como um todo, e é fundamental para o desenvolvimento do pensamento independente e do espírito criador. A ciência aplicada, por outro lado, se propõe a controlar determinados setores da realidade, com a ajuda de todos os tipos de conhecimento, especialmente os científicos. A técnica procura projetar artefatos e planejar linhas de ação que tenham valor prático para algum grupo social. E é impossível a existência desta última sem as primeiras. Por outro lado, não há pesquisa científica sem conceitos filosóficos sobre a natureza e a sociedade, assim como a maneira de conhecê-las e transformá-las.

O apoio à ciência no país

Quando se faz a pergunta "O que a Genética fez para a sociedade brasileira?" deve-se também perguntar "O que o governo fez para o desenvolvimento da Genética no Brasil?" E nos defrontamos com a realidade de que o apoio à ciência e à tecnologia nunca foram prioridades governamentais. A institucionalização deste apoio só ocorreu em 1951, com a fundação do Conselho Nacional de Pesquisas (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Outros marcos importantes foram a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em 1960, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 1971 e ainda do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) em 1979. Mas a política de apoio à pesquisa nunca se caracterizou por sua firmeza e decisão. Por exemplo, em 1991, a execução orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) situou-se em cerca de 34 milhões de dólares, somente 70% dos fundos fornecidos quando de sua implementação em 1971.

A genética no Brasil

Os primeiros cursos de Genética no país aconteceram em 1918, mas pesquisas sistemáticas nesta área só surgiram a partir da década de 40. O impulso decisivo ocorrido entre 1975 e 1989, com o Programa Integrado de Genética, de caráter nacional e muito importante para a criação e consolidação de núcleos de excelência, infelizmente não teve continuidade.

A pesquisa em Genética no Brasil, no entanto, continua em níveis razoáveis, acompanhando de perto os principais desenvolvimentos ocorridos em nível mundial. A última revolução na área ocorreu com a descoberta de métodos mais efetivos de análise em nível molecular e a adaptação das investigações a esta nova realidade não foi fácil, encontrando-se em pleno andamento.

A genética e a sociedade

Em termos gerais, as aplicações da genética ao bem-estar da sociedade brasileira podem ser classificadas em dez categorias: 1. Melhoramento de microrganismos; 2. Melhoramento vegetal; 3. Melhoramento animal; 4. Apoio à biotecnologia; 5. Controle de pragas; 6. Monitoramento ambiental; 7. Diagnóstico e tratamento de doenças hereditárias; 8. Apoio à reprodução assistida; 9. Aconselhamento genético e 10. Assessoria forense. Não cabe aqui a análise detalhada de cada um desses itens. É suficiente dizer-se que essas atividades forneceram um retorno, em termos financeiros e, muito mais importante, de felicidade pessoal, muitas ordens de magnitude superiores às modestas inversões monetárias destinadas ao apoio à formação de recursos humanos e investigação científica na área. É questionável, no entanto, que esta constatação vá sensibilizar os atuais e futuros governantes do país. Se o exame do passado pode servir de guia, o que se observa nos mesmos são sintomas de cegueira e surdez incuráveis com relação a esses problemas.

Ayrton Figueiredo Martins / Professor do Departamento de Química da UFSM

Da lógica e da emoção

Para ser honesto, cada vez que leio pronunciamentos a favor ou contra, fico em dúvida. Talvez porque minhas posições não sejam assim tão fortes. Ou talvez porque as posições dos outros sejam mais bem fundamentadas. O certo é que me pego, de vez em quando, quase concordando com posicionamentos dos quais costumo divergir, de imediato. Como isto é possível, me pergunto após tantos anos de caminhada acadêmica? Será que tal disfunção ocorre apenas comigo?

Admiro aquelas pessoas que conseguem defender seus pontos de vista com toda a alma, com toda uma intensidade, mas sem perder a elegância. Invejo-as por não titubearem, por não darem margem a qualquer tipo de dúvida. Mas começo então a perguntar-me: será que são absolutamente sinceras ao não pestanejarem nas suas lógicas argumentações? E, a propósito, até a que ponto posso confiar-me na lógica, ignorando as razões do coração, da emoção?

Fico especialmente pasmo quando colegas calejados nas lides acadêmicas se posicionam ferreamente a favor do ensino pago, não gratuito, nas Ifes. Começo então a argumentar comigo mesmo, será que estes colegas têm filhos? Será que sabem que, ao contrário da catilinária oficial, a maioria dos estudantes das universidades federais (com certeza, na UFSM) pertencem à classe média baixa e abaixo desta? Será que já fizeram algum tipo de pesquisa científica (se é que existem tipos) e que sofreram para adquirir as ferramentas de trabalho que a administração universitária não fornece, há muitos anos, aos trouxas que se metem a fazer pesquisa num ambiente onde cruzar os braços é a atitude mais bem-vinda (porque não incomoda)?

O pensamento cartesiano, linear, que soma, divide,

multiplica, diminui, tem a capacidade de somar, dividir, multiplicar, diminuir almas, corações, esperanças, aspirações, ideais dessa moçada desprovida de muito, que espera tão pouco de nossa sociedade na hora do vestibular? Onde a fraternidade, a solidariedade, a tolerância? Os números frios da estatística conseguem computar os parcos tostões que saem, por vezes, da algibeira de mestres (tão empobrecidos quanto aqueles) para saciar a fome de aprendizes de feiticeiros que não desistem, apesar das dificuldades? A língua rápida, que condena, consegue atingir o âmago da questão, do porquê de nos dilacerarmos em lutas e discussões internas?

Quando a questão é a produtividade da academia (que alguns chegaram a chamar de academias do ócio), mais confuso fico. Como somar alhos com bugalhos? Qual o coeficiente a adotar, qual a régua para medir, qual o padrão para comparar? Não se trata de 'dai-me uma alavanca para mover o mundo' mas, sim, de 'dai-me um prumo para alinhar-me'. Não se pode julgar (ou pré-julgar) sem considerar latitudes, longitudes, contextualidades. É uma atitude simplista, para não dizer simplória, desconhecer as nuances da pintura, para julgá-la inteiramente monocromática. Onde o equilíbrio, o bom senso, a ponderação, que deveriam ter a academia por refúgio?

Já a argumentação de que a tábua da salvação para as universidades seria a interação academia-empresa, que poderia encher os cofres vazios da educação universitária, a meu ver é uma grande falácia, porque – trago aqui o testemunho pessoal de mais de vinte anos de tentativas de cooperação com o setor produtivo – não falamos a mesma linguagem, não conseguimos sintonia no tempo, no espaço e

nas aspirações. Jamais consegui que um empresário sentasse à mesa, adultamente, para discutir cooperação e parceria, desprovidas de segundas intenções e entradas no bem comum. Na maioria das vezes esbarra-se na distorção de mentalidade, que imagina a instituição pública como prestadora gratuita de serviços ao setor privado, apenas porque este paga impostos (como se todos nós não pagássemos) e os serviços acadêmicos seriam, em contrapartida, *free*. Raras foram as oportunidades em que a sensibilidade de meu interlocutor deixou-lhe perceber que parceria significa igualdade de posições. E, até mesmo, que o seu investimento poderia ser descontado no imposto de renda devido...

Questões como ensino pago ou gratuito, produtividade acadêmica e interação universidade-empresa são polêmicas por natureza, é claro. Acredito, porém, que pertencem àquele tipo de problemas insolúveis pela lógica racionalista. Se a razão nos libertou das trevas do misticismo e da superstição, ajujou-nos ao cepo da intolerância. Nem tudo pode ser medido com instrumentos e técnicas de raciocínio: há uma vastíssima área que começamos mui recentemente a tangenciar. A área de uma nova consciência, onde os valores morais e éticos se superpõem a tudo. O ponteiro da balança é o bem comum e os verdadeiros contrapesos são o homem, seus valores, suas necessidades.

Afinal, a Universidade é eterna: somos todos passageiros de uma nave que, ao contrário das outras, permanece. Compete-nos protegê-la, defendê-la, implementá-la para o nosso bem comum, para os nossos filhos e netos. O resto tudo é conjuntural. Plagiando Quintana, eles passarão...

E-mail: martins@quimica.ufsm.br

Sérgio Borja / Professor na Faculdade de Direito da Ufrgs



A reforma eleitoral partidária

Coleção Pirelli-Masp

Estamos entre aqueles constitucionalistas que entendem que o inciso IV do parágrafo 4º do art. 60 que estabelece uma das cláusulas pétreas, sejam aquelas que são imutáveis na Constituição, refere-se à totalidade dos capítulos contidos no título II da mesma. O resultado desta afirmação é o entendimento que os Direitos e Garantias Fundamentais, sem exceção, contendo inclusive a regulamentação relativa aos Partidos Políticos, incluída no capítulo V, por força desta inferência, são imutáveis pelo Legislador Constituído frente ao comando determinado pelo Legislador Constituinte.

O caso é que, por conveniência ou convivência, resolveram os legisladores desaprender toda a teoria constitucional e passar com um trator por cima da Constituição. Nesse país, a regra de ouro contida no axioma formulado pelo célebre José Gomes Canotilho, que diz que a Constituição é o Estatuto Jurídico do Político, foi subvertida completamente restando afirmar o inverso: que a Constituição é o Estatuto Político do Jurídico.

De permissividade em permissividade, por eles cometidas, analisemos agora a sua nova demanda política seja o necessário casuísmo partidário. Na esteira da crise econômica que está sobrestada até o fim das eleições, vinculam-se, necessariamente, uma série de providências altamente impopulares, como a edição de mais impostos ou o aumento de alíquotas, os cortes de investimentos e a destruição dos direitos adquiridos, com a necessária flexibilização não só dos direitos dos trabalhadores mas também de uma das funções do Poder, a Judiciária.

Muitos parlamentares governistas, cônscios des-



sas medidas impopulares, irão preferir optar por suas consciências e defender o real interesse de seus representados a lutar pelo indefensável, aluindo assim o oficialismo de plantão. Sabedores desta reação sadia, em nome pretensamente da ética, os caciques partidários querem construir a fidelidade partidária, aquela que tanto honrava a ditadura, coenstante o reformismo.

Se do ponto de vista teórico abstrato a medida é altamente salutar, do ponto de vista prático a medida é a pior que se poderia tomar. As idéias teóricas do mundo metafísico brilham como ouro mas, inseridas na realidade injuncional do mundo, sofrem um processo alquímico que perverte sua matéria, transformando-as em vil metal oxidado.

Paradoxalmente, no Brasil, o princípio Republicano é retirado do Princípio Monárquico. Explico: os partidos que são os instrumentos de realização da

República, conforme toda a teoria e a conceituação dada pelo célebre Maurice Duverger, contrariamente em nosso país, em razão do baixo nível cultural-econômico-social, têm no entanto, uma formação interna feudal, quase monárquica.

No Brasil, os candidatos são sempre os mesmos, alternando-se com grande dificuldade. Dentro dos partidos, e se exceção existe é rara, existem verdadeiros clãs, a história antiga do seu surgimento aqui se repete entre alas *lights* e *xiitas*, todas elas reprisando os exemplos históricos dos *tories* e dos *whigs*, dos guelfos e guibelinos, dos *montechio* e *capulletos*. Todo mundo sabe que existem partidos que têm verdadeiros donos, caciques, mandachuvas e caudilhos.

Assim é que o fenômeno que se reflete no aparecimento dos partidos nanicos na verdade tem ori-

gem, além da necessidade de alternatividade no espectro democrático e no direito à garantia da diversidade das idéias que ombreia com a liberdade, na insubmissão de parlamentares altamente éticos, que não curvando sua espinha dorsal ao fisiologismo e aos interesses ditados pelas pretensas ditaduras partidárias, insurgiram-se manifestando sua independência através de outra sigla.

Cremos que quando a cultura e a ética forem um apanágio real e democrático, porque bens disseminados por todo o povo, a fidelidade partidária acontecerá, não por coação legal, mas por imperativo categórico que ornará todos os homens de bem neste país.

Enquanto isto não vem, ou tarda, somos daqueles que acreditam que, além dos partidos nanicos, deveriam existir inclusive candidaturas avulsas.

E-mail: borja@pro.via-rs.com.br

ORELHA



Que farei com este livro?

José Saramago. Reúne três peças teatrais: o retorno de Luís de Camões das Índias; a noite da Revolução dos Cravos de 1974; e a volta de São Francisco de Assis à terra nos dias de hoje.

Através do teatro ao mesmo tempo político e existencial, Saramago cria situações reveladoras das contradições éticas e sociais. Ed. Companhia das Letras. 432pp. R\$ 25,00.

HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de São Paulo

O Deus das Pequenas Coisas
Arundhati Roy (tradução de José Rubens Siqueira). Relata a história de duas crianças no estado de Kerala, sul da Índia, onde coabitam o cristianismo, hinduísmo, islamismo e marxismo. Ed. Companhia das Letras. 344pp. R\$ 28,00.

Na natureza selvagem
Jon Krakauer (tradução de Pedro Maia Soares). Narra a história verídica de um jovem americano de família rica que abandona tudo por uma aventura solitária pelo Alasca. Ed. Companhia das Letras. 216pp. R\$ 22,00.

WWW

Ilusões óticas
www.illusionworks.com

População
perso.wanadoo.fr/jmh/popexpo

Crescimento populacional da Terra em tempo real.

AD NAUSEAM

os números do desemprego...



Boa universidade é universidade eficiente

Fabricia Osanai

Nos próximos 12 meses, o chefe do grupo de Implantação Iônica do Instituto de Física da Ufrgs, Fernando Zawislak, 63 anos, passará muitos dias fora de seu gabinete no Campus do Vale, em Porto Alegre. Juntamente com outros cinco colegas, ele foi incumbido de pensar um novo modelo de universidade. A encomenda é da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Formada há poucos meses, a seleta comissão percorrerá instituições pequenas e grandes, das capitais e do interior do Brasil, para conversar com professores, reitores e pesquisadores. O resultado desta peregrinação será um documento que conterá a proposta da SBPC para a reforma do ensino superior. Nesta entrevista concedida ao ADVERSO, Zawislak antecipa qual é o sistema dos seus sonhos e mostra que uma boa universidade não se faz com milagre.

James Görgen

AD **verso** – Quando a SBPC decidiu chamar para si a elaboração de uma proposta de reforma universitária para o sistema de ensino superior brasileiro?

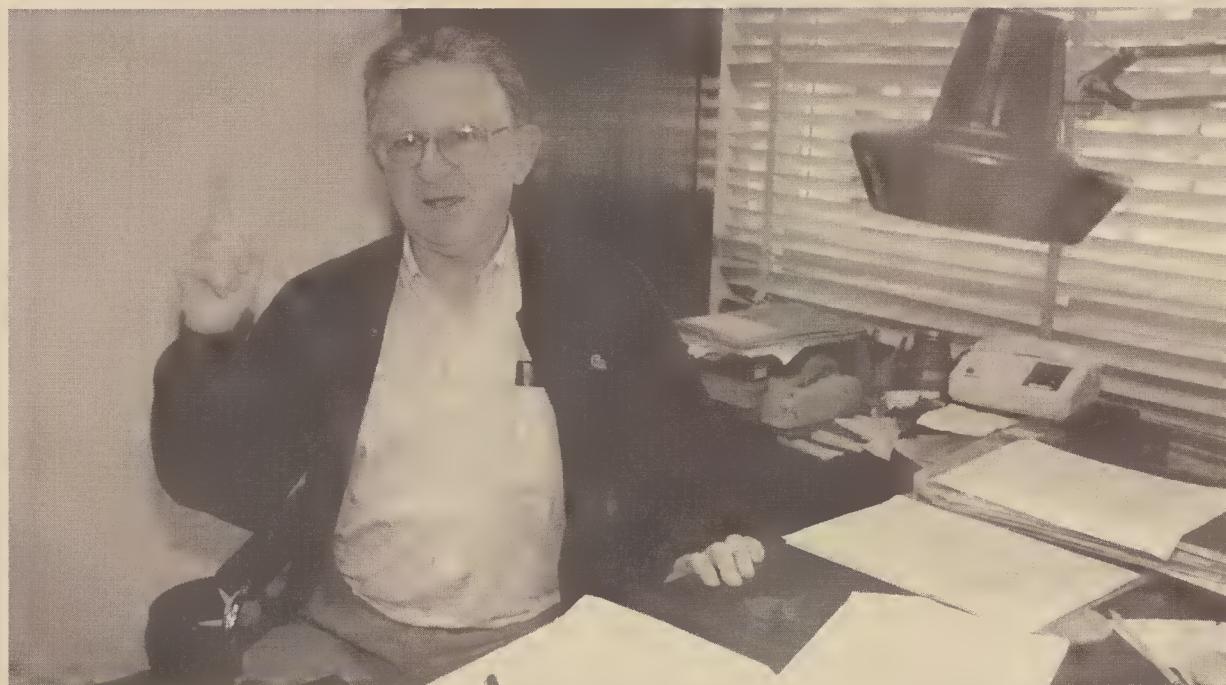
Zawislak – Isso aconteceu na reunião do Conselho e da Diretoria, em Natal (RN), onde já havia sido apresentado um documento feito em conjunto com a Academia Brasileira de Ciências. Esse documento foi avaliado pelos membros reunidos lá e foi até um pouco criticado. A análise feita foi: o documento era genérico demais e não propunha soluções concretas. Depois de duas horas de debate, chegou-se à conclusão de que a SBPC deveria nomear uma comissão de seis nomes que, aliás, foi uma sugestão do próprio plenário. A ideia é começar a fazer um documento. Uma primeira versão, com propostas iniciais, deverá ficar pronta até o fim do ano. Uma versão mais completa ficaria para ser elaborada durante um ano.

Adverso – Por que essa comissão terá caráter independente, agindo paralelamente às outras comissões que estão sendo formadas?

Zawislak – Na maioria dos países onde foram feitas reformas ou estudos sobre o sistema de universidades e ciência e tecnologia tem sido dessa forma. Acho que a comissão tem um certo viés mais independente. Assim foi feito agora, recentemente, na França. Há um documento que se chama *Pour un modèle Européen d'enseignement supérieur* elaborado por um grupo de especialistas – entre eles dois prêmios Nobel – presidido por Jacques Attali, que foi indicado pelo primeiro-ministro, Lionel Jospin. A proposta deles pode ter partido de uma iniciativa do governo, mas não é uma proposta oficial. Isso é extremamente importante porque uma proposta dessas só pode vingar se ela vier de baixo para cima. Se o MEC reúne-se com os seus burocratas e as sociedades mais corporativistas ou elitistas vai sair algo de cima para baixo que não será aceito. Os professores, os alunos e aqueles que vão empregar os alunos, que é o setor produtivo, têm de estar de acordo.

Adverso – Qual é o modelo de sistema universitário que o senhor tem na cabeça?

Zawislak – Acho que a universidade pública brasileira, que é principalmente a federal, tem um bom nível. Se compara às melhores universidades do exterior em termos de pesquisa, em termos, inclusive, de ensino em muitas áreas. Mas a universidade pública tem um defeito que é a falta de eficiência. Ela é ineficiente tanto sob o ponto de vista administrativo quanto sob o ensino de graduação. Ela tem características boas, mas funciona de maneira ineficiente por causa da estrutura. Acho que a universidade pública brasileira nunca foi eficiente. Ela sempre teve o defeito do serviço público. Reitores e pró-reitores estão com as



Zawislak: escolhido pela SBPC para a comissão que irá propor uma reforma universitária até o final de 1999

mãos amarradas, a rigor. Existe um excesso de burocracia. Na Ufrgs, para se licitar uma obra ou algum material se leva meses. E no outro lado que eu acho ineficiente – e aí acredito que nós temos de dar a mão à palmatória e às críticas que são feitas – é que uma universidade pública deveria formar mais estudantes na graduação. A pós-graduação está bem.

Adverso – O senhor busca a excelência na graduação?

Zawislak – É mais uma exigência em termos de rigor. Mas precisamos também melhorar muitas áreas da graduação porque no Brasil houve uma ênfase grande na pesquisa e na pós-graduação e a graduação ficou um pouco de lado. Agora é que está se voltando com mais atenção para ela. O objetivo mais importante de uma boa universidade é formar gente em nível de graduação. Formar profissionais competentes para o mercado. Inclusive na pós-graduação. No Brasil, em muitas áreas, ainda não é assim. O aluno se forma no doutorado e não tem campo de trabalho na indústria porque ela não investe nas pessoas deste nível. Nos Estados Unidos, 70% dos doutores formados vão para a indústria.

Adverso – Pesquisa combina com ensino?

Zawislak – É claro. As universidades de ensino nascem e proliferam sozinhas como a maioria das particulares no Brasil. As universidades de pesquisa devem ser planejadas e apoiadas com recursos públicos. Uma boa universidade faz ensino e faz pesquisa. Hoje se diz que a reforma do sistema de ensino superior passa por essa divisão. Isso é um falso dilema. Nos Estados Unidos existem cinco mil universidades e *colleges*. Só 3% são universidades de pesquisa, 150 mais ou menos. Nós não vamos transformar uma universidade pública em uma universidade só de ensino. Só se ensina, verdadeiramente, onde se faz pesquisa.

Adverso – Autonomia é a saída para as Ifes?

Zawislak – Acho que sim, mas este é um assunto um pouco delicado. Talvez a autonomia não deva ser dada para todas as universidades ao mesmo tempo. As instituições deveriam solicitar a autonomia. E ela deveria ser dada da seguinte forma: pelo menos 85% dos recursos que hoje as universidades recebem deveriam continuar sendo concedidos e os outros 15% é que deveriam ser disputados. As universidades que se propuserem a seguir os caminhos traçados por essa política – aumentar o número de alunos por professor, fazer projetos de interesse da comunidade, etc. – teriam, então, oportunidade de disputar o restante dos recursos. Esta é uma idéia razoavelmente aceita por muita gente no país.

Adverso – E os outros pontos?

Zawislak – Deve se introduzir rapidamente a interdisciplinaridade. O departamento é uma espécie de torre de marfim, onde não se pode mexer em nada. E hoje em dia, os grandes avanços tecnológicos se realizam em áreas interdisciplinares. Nós tivemos problemas aqui na Ufrgs com cursos interdisciplinares. Existem feudos que não querem ser tocados. Acho também que um função essencial da universidade que tem que ser incorporada na reforma é a reciclagem de todos os professores do Segundo Grau como uma obrigatoriedade. Ele teria que vir periodicamente a um centro tomar conhecimento de coisas novas e se reciclar. A universidade também é criticada pela evasão. Na realidade, existe evasão em todo o mundo. Na Alemanha há mais evasão do que no Brasil. Avaliação por pares e por avaliadores externos é outra mudança fundamental. A universidade precisa ser avaliada.

Adverso – A avaliação que o senhor prega é mais parecida com o modelo inglês, ou seria mais subjetiva?

Zawislak – Tem que ser uma avaliação das faculdades e dos cursos por pares que venham de outros estados e até de outros países. Avaliar tudo: ensino, pesquisa e extensão. E a penalidade para quem não se enquadrasse nos critérios seria o corte no orçamento.

Adverso – Aí não se cai naquela inversão de uma instituição que é pequena porque não tem recursos e não tem recursos porque é pequena?

Zawislak – À medida que os bons professores forem preenchendo as vagas nas grandes universidades irão se deslocar para lá, e um bom pesquisador compete por recursos em qualquer lugar. Só assim se resolve o desequilíbrio. Uma universidade pequena se transforma em uma boa universidade quando ela investe em pesquisadores e doutores de bom nível. Isso é só um problema de tempo. Esses professores ainda não estão indo para o interior mas eles irão para lá porque querem um bom nível de vida.

Adverso – Qual será o atrativo?

Zawislak – Já existe no Brasil salário e posições atrativas em universidades menores. Se você tem um doutorado e um bom currículo você consegue um emprego agora no Norte e no Nordeste. Isso o presidente do CNPq está cansado de dizer. O problema é que as pessoas não estão querendo ir porque lá é muito difícil começar. No momento que saturar mesmo Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belo Horizonte o pessoal irá para lá. Uma boa universidade só se forma com gente boa. Não há milagre nessa história.